

Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas

Beatriz Padilla, Joana Azevedo e Thais França (organizadoras)

MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PORTUGUESAS



LISBOA, 2017

© Beatriz Padilla, Joana Azevedo e Thais França (organizadoras), 2017

Beatriz Padilla, Joana Azevedo e Thais França (organizadoras)
Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas

Primeira edição: dezembro de 2017
Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-62-4
Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Imagem da capa: Leticia Barreto e Joaquim Marques, 2016.
Da série: “Do lugar onde estou, já fui embora”.
Carvão e pastel sobre papel kraft, 190 x 120 cm.
Revisão de texto: Ana Valentim Dias
Impressão e acabamentos: Realbase

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: <http://mundossociais.com>

Índice

| | |
|--|-----|
| Índice de figuras e quadros..... | vii |
| Sobre os autores..... | ix |
| Introdução | 1 |
| <i>Beatriz Padilla e Joana Azevedo</i> | |
| 1 Políticas públicas e migrações | 7 |
| <i>Beatriz Padilla</i> | |
| 2 Novas configurações da governança da diversidade. O interculturalismo como modo de incorporação | 29 |
| <i>Nuno Oliveira</i> | |
| 3 Mobilidade e imobilização espacial. Controlo social e espacial dos refugiados, em Portugal | 53 |
| <i>Cristina Santinho</i> | |
| 4 Os processos de regularização de imigrantes realizados em Portugal | 71 |
| <i>Vera Sampaio</i> | |
| 5 Políticas migratórias. O acesso à nacionalidade como instrumento de cidadania em Portugal | 91 |
| <i>Beatriz Padilla e Alejandra Ortiz</i> | |
| 6 Reflexões sobre o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) a partir dos estudos de gênero e feministas | 115 |
| <i>Thais França</i> | |
| 7 Políticas de recrutamento na origem de médicos latino-americanos em Portugal | 133 |
| <i>Erika Masanet</i> | |

| | | |
|----------|---|------------|
| 8 | O lugar das línguas imigrantes não europeias na sociologia das migrações internacionais | 151 |
| | <i>Ana Raquel Matias</i> | |
| 9 | Promessas quebradas do presidente Sarkozy. Políticas públicas de imigração e integração francesas entre 2007 e 2012..... | 173 |
| | <i>João Carvalho</i> | |

Índice de figuras e quadros

Figuras

| | | |
|-----|--|-----|
| 5.1 | História migratória portuguesa | 97 |
| 5.2 | Taxa de naturalização, União Europeia, 2014..... | 101 |
| 5.3 | Evolução na aquisição da nacionalidade portuguesa 1998-2013..... | 104 |
| 5.4 | Aquisição da nacionalidade portuguesa por sexo, 2008-2012 | 105 |
| 5.5 | Comparação da evolução da população estrangeira e a aquisição da nacionalidade em números absolutos | 106 |
| 5.6 | Evolução na aquisição da nacionalidade portuguesa de cidadãos de países de imigração histórica/tradicional (pós-colonial)..... | 107 |
| 5.7 | Evolução na aquisição da nacionalidade portuguesa de cidadãos de países de origem de imigração recente | 108 |
| 6.1 | Evolução dos fluxos imigratórios para Portugal (1980-2014) – N.º absolutos | 116 |
| 9.1 | Autorizações de residência concedidas pelo Estado francês a cidadãos de Estados terceiros à UE entre 2003 e 2011 | 179 |

Quadros

| | | |
|-----|---|-----|
| 1.1 | Políticas migratórias..... | 18 |
| 4.1 | População estrangeira residente legal em Portugal | 73 |
| 4.2 | Número de pedidos e títulos concedidos nos processos de regularização | 78 |
| 5.1 | Condições de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa, Lei n.º 2/2006 | 98 |
| 5.2 | Taxas de naturalização mais elevadas na UE, 2009 e 2014 | 101 |
| 5.3 | Crescimento da taxa de aquisição da nacionalidade portuguesa sobre o total de aquisições de nacionalidades da UE-27 | 102 |
| 5.4 | Principais países que concederam a nacionalidade, 2014 | 102 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 5.5 | Evolução da aquisição da nacionalidade portuguesa | 104 |
| 5.6 | 10 principais nacionalidades prévias à aquisição da nacionalidade portuguesa dos residentes em Portugal, 2009-2014..... | 106 |
| 5.7 | Principais nacionalidades prévias à aquisição da nacionalidade portuguesa, 2003-2014 | 107 |
| 5.8 | Aquisição de nacionalidade portuguesa no estrangeiro, 2009-2013 (alguns anos) | 108 |
| 7.1 | Informação básica dos quatro grupos de médicos recrutados na origem | 139 |
| 9.1 | Modificações introduzidas pela Lei n.º 2007-1631 de 20 de novembro de 2007 | 179 |

Sobre os autores

Alejandra Ortiz é doutora em sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), mestre em sociologia pela mesma universidade (ISCTE-IUL) e licenciada em sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República Oriental do Uruguai (2003). É investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Tem participado em vários projetos de investigação nacionais e europeus no âmbito das migrações e políticas públicas, em particular sobre cidadania, juventude e saúde.

Ana Raquel Matias é doutorada em sociologia pelo ISCTE-IUL (Lisboa) e pelo Institut national d'études démographiques (INED, Paris), com a tese *Self-reported Bilingual Outcomes and Language Acculturation among Descendants of Turkish Immigrants in France, Germany and the Netherlands*, propondo uma comparação internacional das políticas linguísticas e de integração, enquadradas no projeto Europeu TIES. Atualmente é professora auxiliar convidada no ISCTE-IUL e investigadora de pós-doutoramento no CIES-IUL e no CES (Universidade de Coimbra), com o projeto *Konta bu storia: padrões de aculturação linguística entre descendentes de imigrantes africanos no Vale da Amoreira*. No CES-UC é coorganizadora da Mesa Redonda Interdisciplinar sobre a diversidade dos espaços linguísticos em Portugal e em contextos migratórios e participa na Rede Cost New Speakers, e no CIES-IUL coorganiza os Encontros sobre Experiências Migratórias.

Beatriz Padilla é doutora e mestre em sociologia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign com uma especialização em perspetivas globais de género. Ainda tem um mestrado em políticas públicas da Universidade de Texas em Austin, nos Estados Unidos, e uma licenciatura em administração pública e ciências políticas da Universidade Nacional de Cuyo, na Argentina. Atualmente é investigadora principal no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Foi professora associada na Universidade do Minho e professora convidada do ISCTE-IUL. Tem publicado e coordena projetos nacionais e internacionais nas temáticas das migrações, género e diversidade.

Cristina Santinho é doutorada em antropologia pelo ISCTE-IUL e investigadora de pós-doutoramento no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). No CRIA assume, também, um cargo na direção. O seu campo de investigação sobre refugiados iniciou-se em 2007. Tem participado em vários projetos nacionais e internacionais sobre saúde e migrações, incluindo uma vertente particular na formação interdisciplinar sobre a importância da mediação intercultural. Foi docente de antropologia na Universidade Lusófona, entre 1990 e 2007. Foi também técnica superior de antropologia, numa autarquia, onde assumiu funções relacionadas com imigrantes e refugiados. Foi presidente da associação Grupo Imigração e Saúde (GIS).

Erika Masanet é licenciada e doutorada em sociologia pela Universidade de Alicante, Espanha. Foi investigadora de pós-doutoramento no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-ISCTE/IUL). Atualmente é professora no Departamento de Sociologia e Antropologia Social da Universidade de Valencia (Espanha) e investigadora associada do CIES-ISCTE/IUL. Tem participado em vários projetos europeus, nacionais e regionais sobre temáticas ligadas às migrações, sendo os mais recentes: “GovDiv – Multilevel Governance of Cultural Diversity in a Comparative Perspective: EU-Latin America”, e “La emigración española de científicos hacia Reino Unido: evolución, perfiles y tendencias”. A sua linha de investigação são as migrações qualificadas e, mais recentemente, a emigração qualificada espanhola.

Joana Azevedo é professora auxiliar convidada no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Doutorada em teoria e investigação social pela Università degli Studi di Roma “La Sapienza” e, é licenciada em sociologia pelo ISCTE-IUL. É investigadora da equipa permanente do Observatório da Emigração (CIES-IUL) e co-fundadora de rede de investigadores de migrações, Rede Migra (CIES-IUL). Tem publicado e feito investigação nos seguintes âmbitos: imigração e emigração portuguesa, migrações qualificadas, participação política dos migrantes e políticas migratórias.

João Carvalho é professor auxiliar convidado no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigador principal do projeto de investigação intitulado “Apoio e Oposição à Imigração em Portugal” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC 1069/2014) a decorrer no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Doutorado em ciência política pela Universidade de Sheffield, autor do livro intitulado: *Impact of extreme Right Parties on Immigration Policy* publicado pela Routledge. Autor ainda de diversos artigos científicos publicados em revistas internacionais, entre os quais: “‘Bringing the state back in’: a political economy analysis of Portuguese immigration policy” na *Mediterranean Politics* em 2017.

Nuno Oliveira é investigador de pós-doutoramento no CIES-IUL, tendo sido *research fellow* do Max Planck Institute for the Study of Religious and Ethnic Diversity. Tem desenvolvido trabalho no domínio da governança nacional e

local da diversidade cultural, da sociologia das migrações e das identidades. Doutorou-se em sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa e entre outras atividades foi especialista nacional destacado da Agência dos Direitos Fundamentais (FRA) e coordenador do Observatório do Racismo e Xenofobia da rede Raxen em Portugal. Das suas mais recentes publicações consta Matias, Ana Raquel, Oliveira, Nuno, Ortiz, Alexandra (2016), *Implementing Training in Portuguese for Speakers of Other Languages in Portugal: the Case of Adult Immigrants with Little or No Schooling*, Language and Intercultural Communication, DOI 10.1080/14708477.2015.1113754; Oliveira, Nuno (2015), "Producing interculturality: repertoires, strategies and spaces", *New Diversities*, Special Issue, 17 (1).

Thais França é pós-doutoranda pelo Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, investigando temas sobre imigração qualificada e mobilidade científica. Doutora em sociologia pelo Programa de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismos do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra — Portugal. Mestre pelo programa Erasmus Mundos em Work, Organizational and Personnel Psychology — WOP-P, Universidade de Bolonha — Itália (2008). Graduação em psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2004). Tem experiência na área de psicologia e sociologia, com ênfase em psicologia social e do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: género, feminismos, migrações e trabalho. Militante e ativista feminista, foi membro da Coordenação da Marcha Mundial das Mulheres — Portugal e presidente da Associação de Estudantes e Pesquisadores Brasileiros — APEB (Coimbra).

Vera Sampaio é doutorada em políticas públicas pelo ISCTE-IUL, mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desenvolveu a sua atividade profissional na área da integração dos imigrantes, tendo integrado o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural/Centro Nacional de Apoio ao Imigrante. Nos últimos anos tem trabalhado nos domínios da economia social e da responsabilidade social das organizações.

Introdução

Beatriz Padilla e Joana Azevedo

As migrações representam um fenómeno complexo e multifacetado nas sociedades contemporâneas. Para fazer face aos desafios colocados pelas migrações internacionais, os Estados desenham um leque muito diferenciado de políticas migratórias, com o objetivo de concretizar a chamada governação global das migrações.

Entre as diversas formas de intervenção adotadas pelos Estados para regular os movimentos migratórios salientam-se: as políticas de promoção migratória, de retenção migratória, de regulação (reunificação familiar, refugiados, livre circulação), de vinculação e de recuperação do emigrante (retorno, de recuperação de recursos qualificados, de reconhecimento simbólico, extensão de direitos, entre outros), de incorporação do imigrante na sociedade de destino (integração, assimilação, regularização, inserção, cidadania e participação política, entre outras), e as políticas vinculadas às relações internacionais que abrangem os acordos multilaterais ou bilaterais.

A avaliação e reflexão crítica sobre as políticas públicas no âmbito das migrações internacionais tem sido objeto de preocupação, mas nem sempre de investigação empírica com enfoque nas políticas públicas. Este volume pretende colmatar esta lacuna, reunindo um conjunto de reflexões, propostas e recomendações nesta matéria, resultantes do trabalho empírico de investigadores do campo das migrações com diferentes abordagens disciplinares.

Acreditamos que esta iniciativa surge num momento fulcral, marcado pelo debate sobre a crise dos refugiados na Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia e suas implicações, e num contexto de acentuada politização das migrações a nível internacional. Nunca as migrações tiveram tanta centralidade como neste momento, dominando uma parte considerável da agenda internacional.

A ideia de organizar este volume nasce no âmbito do painel “Políticas de migrações internacionais: intervenções dos Estados de origem, destino e trânsito”, da secção de Governação e Políticas Públicas, realizado no VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, no ISCSP-UTL, a 1 de março de 2012, coordenado pelas organizadoras deste livro. Os textos aqui coligidos resultam desse trabalho

coletivo de debate de pesquisas individuais em relação a âmbitos específicos das políticas públicas no campo das migrações internacionais, como as políticas de integração, de recrutamento ou de acesso à nacionalidade. Refira-se ainda que dois dos textos apresentados neste livro resultam de um convite posterior a duas investigadoras que desenvolvem pesquisa empírica relevante no âmbito das políticas de língua e das políticas de acolhimento de refugiados, a Raquel Matias e a Cristina Santinho.

A obra reúne nove contributos que procuram apresentar um retrato dos atuais debates e tendências de pesquisa neste campo.

O livro abre com o capítulo de Beatriz Padilla que procede a uma contextualização do debate sobre a diversidade de políticas públicas relacionadas com as migrações. Identificam-se perspetivas teóricas e conceitos que têm vindo a marcar esta área de investigação. A autora analisa os principais aspetos da relação entre políticas públicas e migrações, percorrendo um vasto leque de tipos de políticas migratórias, nas quais o Estado desempenha um papel central, a par de outros atores relevantes, por vezes menos reconhecidos.

Partindo desta reflexão mais geral, em seguida, o capítulo de Nuno Oliveira reconstrói o processo de adoção do interculturalismo em Portugal, discutindo a noção de governança da diversidade. Primeiro, o autor mostra que o interculturalismo não se opôs a um modelo anterior, tal como o multiculturalismo, foi antes a opção tomada pelos poderes públicos desde o princípio das políticas de imigração. Segundo, a sua consolidação obedece a um processo de europeização do modelo de integração da diferença que faz com que as orientações portuguesas mimetizem no fundamental as políticas europeias. Terceiro, sugere um conjunto de traços característicos do interculturalismo identificáveis em medidas concretas por oposição aos debates mais normativos da teoria política. O texto faz uso da noção de campo político-institucional — combinando Bourdieu e DiMaggio — salientando a luta pelos significados legítimos da produção política e as formas estruturadas de relações interorganizacionais através das quais se aborda a noção de governança da diversidade. A reflexão apresentada assenta no uso de um *corpus* discursivo recolhido em entrevistas e documentos oficiais. O autor conclui pela identificação de uma mutação fundamental no espaço político e social do interculturalismo.

O capítulo de Cristina Santinho debruça-se sobre as experiências e políticas de acolhimento de refugiados em Portugal. Este trabalho resulta de uma investigação realizada pela autora sobre os refugiados, em Portugal, desde 2007 até ao presente. Parte-se de uma análise antropológica ancorada numa etnografia contínua, em que os principais interlocutores são, num primeiro momento da investigação, os próprios refugiados e requerentes de asilo e, num segundo momento e concomitantemente, as instituições do Estado responsáveis pelo seu acolhimento. Numa primeira parte, analisam-se histórias que ilustram a experiência de acolhimento recente no país. Em seguida, analisam-se as políticas de acolhimento e integração de refugiados, identificando a atual política portuguesa de redistribuição de refugiados e o caso específico dos refugiados “recolocados”. Através do relato de casos específicos recolhidos no trabalho de campo etnográfico, dá-se conta da discrepância entre o que a lei propõe e o que a sua aplicação dispõe, analisando o controlo social

imposto aos refugiados no país e ilustrando algumas das incoerências das políticas de integração, algumas delas de carácter coercitivo quanto aos subsídios. Se uma verdadeira integração implica intercâmbio de conhecimentos, de valores sociais e culturais, numa perspetiva intercultural de reciprocidade e respeito pela diferença, é este princípio que, segundo a autora, ainda não se aplicou, em pleno, à sociedade portuguesa e respetivas instituições. Defende-se a importância de permitir agencialidade e autonomia aos refugiados, em lugar de dependência institucional e controlo burocrático.

O capítulo de Vera Sampaio debruça-se sobre os processos de regularização de imigrantes em Portugal. Defendendo a avaliação como uma das fases cruciais do processo político, na medida em que permite fornecer elementos para o desenho de novas intervenções ou para a melhoria de intervenções em curso, bem como possibilitar a prestação de contas e a responsabilização dos agentes políticos, a autora analisa, numa perspetiva dicotómica, o que se sabe sobre imigração irregular e processos de regularização de imigrantes, assim como o que falta conhecer. São identificados três problemas distintos: a existência de imigrantes em situação irregular em Portugal; a escassez de dados oficiais disponíveis relativamente à imigração irregular, assim como sobre a implementação dos diversos processos de regularização de imigrantes; e a inexistência de avaliações desses mesmos processos pelos diferentes governos. A identificação dos três problemas referidos, bem como a importância que assume a avaliação das políticas públicas, levanta interrogações acerca das razões que explicam a inexistência de mecanismos de acompanhamento da implementação dos processos de regularização e de avaliação da política de regularização de imigrantes em Portugal. A autora problematiza o uso da regularização em Portugal, chamando a atenção para a excessiva discricionariedade nos processos, e para a falta de dados acerca do volume e características desta população que permitam melhorar a tomada de decisões que se afigura essencial às políticas públicas.

No capítulo seguinte, Beatriz Padilla e Alejandra Ortiz debatem o acesso à nacionalidade como instrumento de cidadania em Portugal. As autoras procedem a uma avaliação do regime de acesso à nacionalidade em Portugal, numa perspetiva longitudinal, que permite identificar as mudanças significativas das últimas décadas, considerando aspetos como o género ou o direito de solo e de sangue, na evolução dos fluxos migratórios em Portugal. As mudanças legislativas relativas ao acesso à nacionalidade portuguesa têm ido no sentido de uma extensão progressiva da cidadania. A entrada em vigor da lei da nacionalidade (lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril) teve um forte impacto na aquisição da cidadania portuguesa. No entanto, sublinha-se que a nova lei não prevê soluções para todos os casos, sendo um dos grupos mais prejudicado o dos jovens descendentes de imigrantes, nascidos em Portugal, e para os quais ainda subsiste um vazio legal. O capítulo analisa o acesso à nacionalidade no contexto da União Europeia, refletindo sobre o impacto da europeização nas políticas migratórias. Desde a lei Orgânica n.º 2/2006, novas alterações foram introduzidas no regime legal de acesso à nacionalidade (leis orgânicas n.º 8 e 9 de 2015, e Decreto-Lei n.º 71, de 2017), no entanto dada a sua recente entrada em vigor, optou-se por não se desenvolver neste texto a sua análise.

O capítulo de Thais França, tomando em análise as políticas de integração de imigrantes, avalia o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013). As medidas de integração contempladas no plano são analisadas à luz dos estudos de género e feministas. Discute-se como uma dada política de integração pode ser “gender blind”, não reconhecendo a mulher como um sujeito diferenciado de políticas públicas. Portugal tem sido reconhecido como um país pioneiro e exemplar no que diz respeito às políticas de integração de imigrantes, tendo recebido diversos prémios por parte de organismos internacionais (ONU, MIPEX, OIM, EIPA) pelo esforço do governo português em empreender boas práticas de acolhimento de imigrantes. Reconhecendo o esforço do governo em contemplar a perspectiva de género, salienta-se, no entanto, que esta não foi plenamente concretizada, nem no plano, nem na prática. A autora faz uma apreciação crítica do PII, mostrando que as questões relativas ao género foram circunscritas a uma área particular, e não integradas de forma transversal. Defendendo que toda a ação política tem impactos diferenciados em homens e mulheres, a autora sublinha que a prática da transversalidade de género implica ir além da mera identificação de desigualdades ou do isolamento de uma área de atuação específica e implementar ações voltadas para as mulheres em todas as esferas da sociedade.

O capítulo de Erika Masanet propõe uma avaliação dos programas de recrutamento na origem de médicos latino-americanos. Num contexto de crise global dos sistemas de saúde e dos profissionais da saúde, têm vindo a desenvolver-se acordos bilaterais entre países ou instituições para o recrutamento de recursos humanos no estrangeiro, como mecanismo para promover uma gestão mais ética e equitativa deste tipo de migração. Neste âmbito, Portugal, através do Ministério da Saúde, tem levado a cabo diversos processos de recrutamento na origem de médicos latino-americanos. Estas experiências de recrutamento de médicos latino-americanos constituem casos únicos de recrutamento de profissionais altamente qualificados em Portugal. A autora apresenta uma análise destes procedimentos de contratação na origem, abordando diversas dimensões: a) aspetos formais do recrutamento (natureza e características dos protocolos firmados, atores envolvidos, processo seletivo na origem, reagrupamento familiar, procedimento de reconhecimento académico e profissional, entre outros); b) implementação efetiva destes acordos; c) processos de integração profissional destes médicos no sistema nacional de saúde português e suas condições de trabalho; d) consideração do “Código Global de Conduta sobre o Recrutamento Internacional dos Recursos Humanos em Saúde” da Organização Mundial da Saúde adotado em 2010 e princípios éticos no recrutamento internacional de profissionais da saúde. A pesquisa assenta numa metodologia qualitativa baseada, por um lado, na análise documental de diversas fontes e, por outro, em entrevistas com informantes-chave nos procedimentos de contratação e com médicos latino-americanos, maioritariamente colombianos e uruguaios.

O capítulo de Raquel Matias discute o lugar das línguas imigrantes não europeias na sociologia das migrações internacionais. A autora procura desconstruir a relação de contrários intrínseca nas representações sobre a diversidade linguística das populações de origem imigrante. Por um lado, a necessidade de adquirir a língua dominante do país de residência, por outro, a importância da(s) língua(s) materna(s)

nos processos de aprendizagem de novas línguas e na comunicação em sociedades globalizadas. A autora discute que a gestão desta polarização tem dominado a forma como as políticas de integração linguística são debatidas, concebidas, articuladas e avaliadas, sendo políticas frequentemente associadas a agendas de regulação de entrada, permanência e saída de estrangeiros e de acesso à nacionalidade, caracterizando-se, ainda, por uma ausência de consonância entre os objetivos das políticas de imigração e os tempos requeridos na aprendizagem e aquisição de línguas. Neste quadro, discute-se a necessidade de aprofundar o impacto sociológico desta gestão polarizada, realçando a importância de cruzamentos interdisciplinares para aprofundar o estudo das consequências linguísticas dos fenómenos migratórios na sociologia.

O livro encerra com uma perspetiva comparativa, uma análise do caso francês, que serve aqui como referência comparativa analítica para iluminar as próprias políticas portuguesas. O capítulo, da autoria de João Carvalho, desenvolve uma análise da política de imigração do Presidente Nicolas Sarkozy. Em maio de 2007, Nicolas Sarkozy é eleito Presidente da República Francesa, apresentando um programa eleitoral que propunha uma política de imigração seletiva e a criação de um Ministério da Imigração e da Identidade Nacional. No rescaldo do mandato único do presidente Sarkozy, o autor avalia em que medida as prioridades presidenciais se materializaram durante este período. Demonstra-se que a política de imigração francesa foi marcada pelo abandono das promessas eleitorais, tendo sido um fracasso em termos da gestão dos fluxos de imigração laboral atendendo aos objetivos fixados pelo Presidente francês. Evidencia-se uma disparidade persistente entre os objetivos restritivos definidos para a política de controlo da imigração e os subsequentes resultados da implementação dessas políticas. O autor identifica os constrangimentos endógenos e exógenos que ajudam a compreender os obstáculos com os quais o presidente Sarkozy se deparou ao longo do seu mandato. Salienta-se a importância dos fatores políticos para a compreensão da formulação das políticas públicas de imigração e integração francesas, destacando as repercussões políticas geradas pelas medidas do presidente Sarkozy ao nível nacional.

Pensar as políticas públicas para as migrações internacionais é o desafio lançado nesta coletânea. Refletindo sobre as dinâmicas em curso nas sociedades contemporâneas, os contributos aqui reunidos procuram alargar o debate sobre os processos migratórios, apontando a partir de um conjunto fundamental de perspetivas críticas face às abordagens correntes outros caminhos de pesquisa às ciências sociais.

